



**FACULDADE
METROPOLITANA**

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NATHALIA SCHAFFER ANDRADE

**A Atuação do PAIF no Fortalecimento de Vínculos Familiares: Um Estudo no
CRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado(a) à
Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo
como exigência parcial para obtenção do título de
Assistente Social no curso de Bacharelado em
Serviço Social Orientador: Profa. Dra. Ariana Siqueira
Rossi Martins

PORTO ALEGRE – RS

2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	
2.1. Objetivo Geral	
2.2. Objetivos Específicos	
3. METODOLOGIA	
4. DESENVOLVIMENTO	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6. REFERÊNCIAS	

1. Introdução:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar o Serviço de Proteção e

Atendimento Integral à Família (PAIF) dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com ênfase em sua abordagem metodológica, importância no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como os principais desafios enfrentados em sua execução. O PAIF, enquanto serviço essencial da proteção social básica, é desenvolvido no âmbito do CRAS, com o objetivo de prevenir situações de risco social por meio do trabalho social com famílias, promovendo o acesso a direitos e o fortalecimento da função protetiva familiar. A atuação do serviço fundamenta-se em uma abordagem integral, planejada e continuada, articulando ações individuais e coletivas voltadas à superação das vulnerabilidades.

A escolha deste tema se justifica pela relevância do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como política pública de assistência social, que atua diretamente no enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais. A análise aprofundada de sua implementação no contexto do CRAS Centro-Sul, em Porto Alegre - RS, é crucial para aprimorar a atuação profissional e garantir a efetividade dos serviços. A escolha do tema possui uma motivação que transcende a relevância teórica da política pública, ancorando-se diretamente na experiência prática adquirida durante o meu estágio probatório no CRAS Centro-Sul, em Porto Alegre - RS. O período de atuação no CRAS Centro Sul, permitiu-me acompanhar de perto a execução do serviço, revelando não apenas a essencialidade do PAIF na prevenção e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, mas também as complexidades e os obstáculos concretos que permeiam sua operacionalização. Pude constatar a dedicação da equipe técnica e, ao mesmo tempo, visualizar as dificuldades estruturais e operacionais que comprometem a plena execução do PAIF no cotidiano.

Dessa forma, a proposta deste estudo é compreender o desempenho do PAIF, analisando suas práticas, limitações e contribuições no processo de garantia de direitos e de promoção da cidadania às famílias acompanhadas. O trabalho, ao fornecer uma análise crítica e reflexiva sobre o tema, contribuirá para o aperfeiçoamento da prática profissional e para a discussão acerca da política de assistência social no Brasil.

O trabalho será realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de fundamentar a discussão teórica. Além disso, serão analisados documentos institucionais e normativas que regem o PAIF, como a PNAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A estrutura deste estudo está dividida em quatro partes: introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento e considerações finais, que serão detalhadas a seguir.

2. Objetivo geral e específico:

2.1. Objetivo geral:

Analisar o desempenho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS Centro-Sul, em Porto Alegre - RS, destacando sua metodologia, importância social e os desafios enfrentados no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

2.2. Objetivos Específicos:

- Descrever a estrutura e o funcionamento do PAIF dentro do CRAS Centro-Sul, com base em documentos normativos.
- Analisar as estratégias metodológicas utilizadas na política de assistência social para o fortalecimento dos vínculos familiares.
- Discutir as principais dificuldades estruturais e operacionais que comprometem a execução do PAIF.

3. Metodologia:

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica, com caráter descritivo, tendo como foco a análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no contexto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, buscando dados e informações em materiais como livros, artigos científicos, pesquisas já publicadas e documentos institucionais, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). A análise desses documentos e da bibliografia disponível permitiu a construção de um referencial teórico sólido para a fundamentação do trabalho. Todos os procedimentos adotados respeitaram os princípios éticos e científicos.

4. Desenvolvimento:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Centro-Sul, em Porto Alegre – RS, configura-se como uma política pública essencial para a promoção da proteção social básica, especialmente direcionada às famílias em situação de vulnerabilidade social. A compreensão do desempenho do PAIF demanda uma análise abrangente de sua metodologia, importância social, estratégias de acompanhamento, desafios enfrentados e possibilidades de aprimoramento.

O PAIF é regulamentado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é um serviço continuado que tem como objetivo principal prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promovendo o fortalecimento da função protetiva das famílias e o acesso a direitos sociais. Trata-se de uma política pública não contributiva, de caráter universal, que busca romper com o modelo assistencialista e garantir a dignidade das populações em situação de vulnerabilidade.

A metodologia do PAIF fundamenta-se em uma abordagem integral, territorializada e centralizada na família, que prioriza a escuta qualificada, o acolhimento, a construção de vínculos de confiança e a promoção da autonomia dos usuários. As ações são planejadas de forma contínua e articulada com a rede socioassistencial e intersetorial, buscando identificar as necessidades específicas de cada núcleo familiar e elaborar estratégias de acompanhamento que favoreçam sua inclusão social. No CRAS Centro-Sul, a equipe técnica (composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros profissionais) realiza atendimentos individuais e coletivos, como oficinas de capacitação, grupos de convivência e visitas domiciliares, que contribuem para a construção de redes de apoio e para o acompanhamento efetivo das famílias.

Um exemplo prático dessa atuação é a realização de grupos temáticos voltados ao fortalecimento das relações parentais, nos quais as famílias participam de atividades educativas e reflexivas sobre a dinâmica familiar, direitos da criança e do adolescente e enfrentamento de situações de violência doméstica. Tais espaços promovem a troca de experiências, o fortalecimento do protagonismo familiar e a reconstrução de laços afetivos. Além disso, são desenvolvidas oficinas intergeracionais e atividades lúdicas com foco na convivência familiar e comunitária, que resgatam a autoestima e estimulam a inclusão social. Essas

ações revelam o caráter educativo, preventivo e protetivo do PAIF, que não se limita a ações pontuais, mas propõe um trabalho permanente e articulado com as realidades locais.

A importância do PAIF reside, sobretudo, em sua capacidade de atuar sobre os determinantes sociais da vulnerabilidade, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Por meio do fortalecimento de vínculos, do empoderamento das famílias e do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o PAIF atua diretamente na redução de riscos sociais como o abandono, a negligência, a violência doméstica e a exclusão social. Segundo a PNAS, o serviço deve garantir o direito à convivência familiar e comunitária, ao tempo que promove o pertencimento, a identidade e o protagonismo dos sujeitos atendidos.

Entretanto, apesar da relevância incontestável do serviço, o PAIF enfrenta inúmeros desafios em sua execução cotidiana. A elevada demanda por atendimento representa um dos maiores entraves à qualidade do serviço, evidenciando a complexidade das situações enfrentadas pelas famílias e a insuficiência de recursos humanos.

A equipe técnica, frequentemente reduzida e sobrecarregada, relata dificuldades em realizar visitas domiciliares com a frequência necessária, o que compromete a construção de vínculos e o acompanhamento contínuo. Essa sobrecarga acarreta não apenas impactos na qualidade do atendimento, mas também afeta a saúde mental dos profissionais, gerando esgotamento físico e emocional.

No caso específico dos assistentes sociais, o acúmulo de tarefas administrativas, aliado à pressão por produtividade e à fragilidade das condições de trabalho, dificulta o planejamento de ações estratégicas e a reflexão crítica sobre a prática profissional. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2011), o profissional deve atuar com liberdade e autonomia, assegurando condições técnicas e éticas para a realização de um trabalho qualificado — algo nem sempre viável diante da precarização das relações de trabalho e da ausência de concursos públicos. Além disso, o desprestígio institucional do SUAS em determinadas gestões municipais enfraquece o papel dos CRAS como porta de entrada da assistência social, prejudicando a visibilidade e valorização do PAIF.

Outro obstáculo significativo refere-se à articulação intersetorial, considerada um dos pilares da política de assistência social. Embora seja reconhecida como

essencial para a integralidade do atendimento, essa articulação enfrenta barreiras práticas, como a ausência de fluxos formais de encaminhamento, a descontinuidade de ações intersetoriais e a fragilidade na comunicação entre os serviços de saúde, educação, segurança pública e justiça. Essa fragmentação compromete a construção de uma rede de proteção efetiva e dificulta a resposta às múltiplas demandas das famílias atendidas, muitas das quais vivem em contextos de extrema exclusão social.

Para responder a esses desafios, diversas medidas podem ser adotadas com vistas à qualificação e sustentabilidade do PAIF. Entre elas, destaca-se a necessidade de investimentos permanentes na capacitação dos profissionais, por meio de formações continuadas que priorizem metodologias participativas, abordagem territorializada e fortalecimento da escuta ativa. A valorização das equipes, com garantia de vínculos estáveis de trabalho, carga horária adequada e suporte emocional, é essencial para a qualidade da intervenção. Além disso, a melhoria da infraestrutura dos CRAS com espaços adequados para atendimentos sigilosos, realização de oficinas, e atividades coletivas contribui para um atendimento mais humanizado e eficaz.

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento da participação social. Incentivar as famílias a participarem de conselhos, conferências e fóruns locais não apenas amplia sua consciência de direitos, mas também democratiza a gestão das políticas públicas. A construção de protocolos intersetoriais, a realização de reuniões sistemáticas entre setores e o uso de tecnologias sociais, como grupos virtuais de informação e orientação, também podem ampliar o alcance e efetividade do PAIF. O mapeamento do território, a escuta ativa da comunidade e a inclusão de lideranças locais no planejamento das ações são estratégias que reforçam a dimensão coletiva da proteção social.

A partir de uma perspectiva observacional enquanto estagiária no CRAS Centro-Sul, percebe-se que a superação dos desafios identificados, como a sobrecarga e a fragmentação do atendimento, demanda um olhar que articule o cumprimento das normativas com a flexibilidade exigida pela realidade territorial. Nessa ótica, o aprimoramento do PAIF necessita, urgentemente, de ações qualificadas de gestão e de prática profissional. Meu olhar aponta para a necessidade de protocolos internos mais claros para a gestão de filas de espera e a distribuição de tarefas entre a equipe técnica, visando mitigar a exaustão profissional. É fundamental o investimento em espaços de formação continuada que promovam a reflexão crítica sobre a prática e a utilização de tecnologias sociais para o acompanhamento das famílias, fortalecendo a rede de proteção para além da atuação formal do equipamento. Tais medidas são essenciais para

transformar a relevância teórica do PAIF em uma efetividade prática perceptível pelas famílias atendidas, garantindo a integralidade e a humanização do serviço

Ações sugeridas para o aprimoramento:

Otimização da Gestão e Fluxo de Atendimento: Protocolos de Triagem Rápida: Implementar um acolhimento inicial padronizado para distinguir rapidamente demandas de acompanhamento contínuo (PAIF) de orientações pontuais, liberando o tempo dos técnicos para o trabalho social focado.

Grupos de Acolhimento Temático (GAT): Criar grupos curtos e abertos para famílias com demandas informacionais comuns, otimizando o tempo da equipe ao invés de atendimentos individuais para cada caso.

Agenda com Priorização: Adotar um sistema de agendamento interno que priorize as visitas domiciliares e os atendimentos individuais para as famílias em situação de risco mais elevado.

Fortalecimento da Articulação e Recursos: Fórum Intersectorial Permanente: Instituir reuniões regulares (ex: bimestrais) com representantes fixos das unidades de Saúde (UBS), Educação e Conselho Tutelar do território.

Criação de Fluxos Formais: Elaborar e formalizar protocolos de referência e contrarreferência claros e escritos entre o CRAS e os demais setores, superando a fragmentação da rede.

Mapeamento de Recursos Comunitários: Manter um guia atualizado de associações, ONGs e projetos sociais no território para utilizar como extensão da rede de apoio do PAIF.

Qualificação e Suporte Profissional: Grupos de Reflexão e Suporte (GRS): Criar encontros mensais para que os profissionais possam discutir casos complexos e receber suporte emocional, prevenindo o esgotamento profissional.

Capacitações Focadas em Metodologias: Oferecer formações continuadas que abordem metodologias participativas e tecnologias sociais específicas para o trabalho com grupos e famílias.

Em suma, a análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no CRAS Centro-Sul evidencia sua relevância enquanto instrumento público para a garantia dos direitos sociais e o fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, revela os múltiplos desafios enfrentados na prática cotidiana, que exigem esforços articulados entre Estado, profissionais e sociedade civil para consolidar uma política de assistência social efetivamente protetiva, emancipadora e comprometida com os princípios da justiça social. A superação desses desafios é essencial para assegurar que o PAIF cumpra seu papel de forma eficaz, promovendo a cidadania, a dignidade e a proteção integral das famílias atendidas.

5. Considerações finais:

O presente trabalho permitiu analisar, de forma aprofundada, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS Centro-Sul, em Porto Alegre – RS, destacando sua metodologia, importância social, estratégias de atuação, desafios enfrentados e possibilidades de aprimoramento. A partir da pesquisa realizada, evidenciou-se que o PAIF exerce papel fundamental na proteção social básica, atuando como instrumento indispensável para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como para a promoção da cidadania e garantia de direitos às famílias em situação de vulnerabilidade.

Conclui-se que, apesar da relevância do PAIF, sua efetividade é comprometida por desafios estruturais e operacionais, como a sobrecarga da equipe técnica, a insuficiência de recursos materiais e humanos, e as dificuldades na articulação intersetorial. Esses fatores impactam diretamente na qualidade do atendimento e na abrangência das ações desenvolvidas. No entanto, a dedicação da equipe e as estratégias adotadas para o acompanhamento das famílias demonstram o potencial do serviço em transformar realidades e promover inclusão social.

Por fim, destaca-se a necessidade de investimentos contínuos para o aprimoramento do PAIF, incluindo a capacitação permanente dos profissionais, a melhoria da infraestrutura e a ampliação das parcerias intersetoriais. Além disso, é fundamental fortalecer a participação das famílias nos processos de decisão e planejamento das ações, visando garantir que o serviço seja cada vez mais efetivo, humanizado e alinhado às demandas da população atendida.

Assim, espera-se que este estudo contribua para a reflexão crítica sobre as políticas públicas de assistência social e incentive ações que promovam a consolidação e o fortalecimento do PAIF como ferramenta essencial para a proteção e o

desenvolvimento social das famílias em Porto Alegre e em outros contextos similares.

6. Referências:

Bibliografia:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Marco Regulatório e Diretrizes Operacionais. Brasília: MDS, 2016.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- LOPES, Maria Rita da Silva; MEDEIROS, Maria de Fátima de Souza; GOMES, Karla Monteiro. Assistência Social: Fundamentos, Política e Prática no SUAS. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- RIBEIRO, Mônica Beltrão. O SUAS e a Política de Assistência Social no Brasil: Avanços e Desafios. Serviço Social & Sociedade, n. 113, p. 525-541, 2013.
- SOUZA, Maria do Carmo da Silva; MARTINS, Ana Paula. CRAS e CREAS: Desafios na Implementação das Políticas de Assistência Social. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 109, p. 421-439, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 109, de 15 de dezembro de 2009. Regulamenta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no âmbito do SUAS.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Diretrizes para pesquisa envolvendo seres humanos.
- ROLLINS, Judith A. The Role of Family-Centered Practice in Social Work. Journal of Family Social Work, v. 12, n. 3, p. 216-233, 2010. (Para base teórica internacional sobre trabalho centrado na família.)
- VIGANO, Mafalda; ALMEIDA, Maria Rita. Políticas Públicas de Assistência Social: Estrutura e Desafios no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2019.
- Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS Editor: MDS

